

# POBREZA EM INFORMAÇÃO: CONCEITOS ESSENCIAIS E APLICAÇÃO NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES <sup>1</sup>

## *INFORMATION POVERTY: ESSENTIAL CONCEPTS AND APPLICATION IN THE CONTEXT OF DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN*

Natália Francisca Nascimento da Silva<sup>2</sup>  
Nadi Helena Presser<sup>3</sup>

**Resumo:** A pobreza em informação é um conceito definido pela pesquisadora Elfreda Chatman, em suas incursões teóricas, realizadas a partir de estudos etnográficos, nos quais analisa como mulheres, em contextos nos quais há restrita circulação da informação, se comportam ao identificarem a necessidade por informação, além da forma através da qual se apropriam das informações. Investigando esse movimento, Chatman descobre que a pobreza em informação como conceito, possui fatores intervenientes os quais ela intitula fatores DNA do comportamento em informação e que estariam presentes no comportamento em relação à informação de grupos socialmente marginalizados, propositadamente invisibilizados, como o caso das mulheres. A pesquisa aconteceu no âmbito da organização feminista Centro das Mulheres do Cabo, a partir de entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica que recorreram à entidade em busca de informações para combaterem as opressões que vinham enfrentando. A partir da análise dos dados coletados, é possível identificar a presença dos fatores DNA da pobreza em informação como sigilo, engano, assunção de riscos e relevância situacional, além da constatação de que o Centro das Mulheres do Cabo foi importante instrumento de credibilidade, repassando informações confiáveis às mulheres, para erradicar o cenário de violência que viviam, e possibilitando a essas mulheres, novas perspectivas de vida em sociedade.

**Palavras-Chave:** Comportamento em informação. Pobreza em informação. Violência doméstica contra a mulher. Acesso à informação.

**Abstract:** *Poverty in information is a concept defined by researcher Elfreda Chatman, in her theoretical incursions, based on ethnographic studies, in which she analyzes how women, in contexts where there is restricted circulation of information, behave when they identify the need for information, in addition to the way in which they appropriate information. Investigating this movement, Chatman discovers that poverty in information as a concept has intervening factors,*

---

<sup>1</sup> Texto ampliado a partir do artigo submetido, aprovado, apresentado e premiado no XXII ENANCIB.

<sup>2</sup> Mestra em Ciência da informação (UFPE). Bibliotecária da Universidade Federal de Pernambuco. E. Email: natalianascimento7@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6313-109X>.

<sup>3</sup> Doutora em Engenharia de Produção (UFSC). Professora do Departamento de Ciência da informação (UFPE). Email: nadihelena@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1585-117X>.

*which she calls factors DNA of behavior in information and that would be present in the behavior in relation to the information of socially marginalized groups, purposely made invisible, as is the case of women. The research took place within the scope of the feminist organization Centro das Mulheres do Cabo, based on interviews with women victims of domestic violence who went through the entity in search of information to combat the oppression they had been suffering. From the analysis of the data collected, it is possible to identify the presence of factors DNA of poverty in information such as secrecy, deceit, risk-taking and situational conversion, from the realization that the Centro das Cabo was an important instrument of trust, passing on motivated information to women, to eradicate the scenario of violence that they lived, and allowing, in addition to these women, new perspectives of life in society.*

**Keywords:** *Information behavior. Tame against woman. Access to information. Information poverty.*

## 1 INTRODUÇÃO

Nossa sociedade da informação e do conhecimento, que reflete a informação como matéria-prima elementar perpassando aspectos que vão desde a tecnologia, a economia e a cultura, nos impele, para entendê-la, a compreender a informação também como produto social e como meio de questionar a própria sociedade. Capurro (2003) argumenta que o paradigma social da informação é o modelo que vai além das perspectivas independentes ou formais, reconhecendo que o significado e o sentido da informação não derivam apenas de sua representação, formato ou transmissão, mas das interpretações que lhe são dadas pelas pessoas.

Em nossa pesquisa jogamos luz sob forma através da qual os sujeitos se relacionam com a informação, buscando compreender, os meios pelos quais as pessoas percebem uma necessidade de informação e como acontecem a busca e apropriação informacionais, num processo interseccionado por diversos fatores objetivos, subjetivos e intersubjetivos (Berti; Araújo, 2017).

Colocar a informação numa perspectiva sociocultural caracteriza, o terceiro e mais recente paradigma incorporado à ciência da informação, surgido a partir dos anos finais do século XX, e que expande as possibilidades práticas e teóricas da área. Se até então a informação era considerada algo de cunho tangível e subjetivo, o

modelo social analisa o quanto a informação influencia os contextos socioculturais e o quanto é influenciada por estes contextos.

Essa terceira possibilidade é descrita com termos como pragmática, intersubjetiva ou sociocultural, e nela a informação é algo de ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo, de uma construção social. [...] informação aparece ligada a termos como documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico (Araújo, 2020, p. 37).

Promovendo incursões teóricas, na tentativa de tratar de assuntos que edificam a compreensão da relação entre as pessoas (usuários) e a informação, estudos do comportamento de pessoas relacionando-se com a informação como os de Wilson (2000) indicam, por exemplo, a interferência de algumas variáveis nos estágios de busca por informação: questões ambientais (contextuais), pessoais, questões emocionais, sociais, questões educacionais, demográficas, econômicas e as questões que estariam intrinsecamente relacionadas aos canais e às fontes de informação, que são os aspectos de credibilidade, meios de comunicação e de acesso. Outras várias propostas de mapeamento do comportamento em informação, ou comportamento informacional, foram apresentadas na tentativa de expor a multiplicidade de contextos e enfoques em relação aos usuários e às fontes informacionais, essas propostas abrangeram e nomearam diversas etapas e estágios possíveis de existir e de serem levados em conta quando falamos sobre o comportamento humano em relação à informação.

Em nosso estudo os esforços se voltam para a análise de interações que acontecem em ambientes diretamente influenciados pelas conformações e padrões sociais. A ênfase está nos usuários, influenciando e sendo influenciados por fatores não só informacionais, mas também econômicos, políticos, históricos, geográficos, culturais, psicológicos, cognitivos, pessoais e de gênero. Aqui a informação estrutura a geração de conhecimentos, como instrumento de combate às segregações sociais.

Nessa direção destacamos Elfreda Chatman (1996, 1999, 2000), que com suas análises e compreensões traz uma nova vertente para os estudos socioculturais do comportamento em informação. Para ela, o comportamento em informação dos sujeitos imbrica-se às conjunturas de interações humanas, às necessidades circunstanciais e às normas sociais convencionadas a determinados sujeitos ou extratos sociais.

A maior contribuição de Chatman (1996, 1999, 2000), é sua iniciativa de elucidar o motivo pelo qual determinados indivíduos não procuram por informação, não sabendo como acessá-la, como se apropriar dela, ou até mesmo desconfiando de sua eficácia. Em seus estudos sobre comportamento em informação, investiga grupos em contextos específicos, como idosas numa casa de repouso, zeladoras de uma universidade, detentas em um presídio feminino e mulheres solteiras chefes de família. O foco é avaliar conjunturas microsociais intervêm no comportamento em informação. As pesquisas são empreendidas no sentido de descrever os obstáculos para o acesso à informação e ao conhecimento, e a forma pela qual as mulheres percebem suas necessidades informacionais, assim como o uso dado às informações em seu cotidiano. Na sua metodologia, Chatman (1996, 1999, 2000) utiliza diferentes teorias sociológicas como a Teoria da Difusão, da Gratificação e da Alienação, além de teorias próprias, todas na tentativa de identificar o que poderia definir os contextos circunstanciais que interferem no comportamento em informação das mulheres.

Assim, através do percurso metodológico e dos conceitos encontrados por Chatman (1996, 1999, 2000), nosso estudo buscou caracterizar o comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica que buscaram como fonte informacional a organização feminista Centro das Mulheres do Cabo para combaterem as agressões sofridas. Analisando a presença do que Chatman (1996,

1999, 2000) definiu como fatores DNA da pobreza em informação, e como eles de verdade intervêm no comportamento em relação a informação das mulheres entrevistadas.

## 2 POBREZA EM INFORMAÇÃO: OS CONCEITOS DE CHATMAN

Para Chatman (1996, 1999, 2000), o comportamento em informação das pessoas está ligado aos contextos de interação social, necessidades circunstanciais e às normas sociais convencionadas a indivíduos ou grupos. A partir disso, busca explicar o porquê de algumas pessoas não procurarem ou não utilizarem a informação. Ela atenta para o fato de que para o entendimento do processo de busca e apropriação da informação é mais adequado, primeiro, compreender o comportamento das pessoas com relação à informação. Para ela, o comportamento em informação é entendido como um estado no qual uma pessoa pode ou não buscar uma informação relevante, pode ou não agir com base na informação recebida, sempre circunscrita às normas sociais do grupo no qual esteja inserida.

Nos contextos analisados pela pesquisadora, a vida geralmente tem alto grau de previsibilidade, o que é intitulado como vida em um mundo pequeno (*small world*), resultando em um horizonte informacional diminuto, como o exemplo de mulheres privadas da liberdade, que tem seu repertório de conhecimentos influenciado pelo cotidiano da prisão, em um extrato social tão limitante e localizado que estipula exatamente o que deve ser conhecido e importante a nível informacional, e o que não é considerado significativo, rejeitando totalmente necessidades por outros conhecimentos, informações que circulem fora da prisão, ou que reverberem de desejos e necessidades individuais.

As mulheres em privação de liberdade vivenciam o que a autora chama de *small word*, já que dividem diariamente todos os espaços de convivência entre si. “Um fator

que parece justificar isso é a base de uma realidade compartilhada”<sup>4</sup> (Chatman, 2000, p. 207, tradução nossa). Com isso, a autora quer dizer que essas mulheres têm maneiras padronizadas de se apresentarem umas às outras. Embora exista a clara possibilidade de cada mulher trazer sua perspectiva individual sobre o que busca saber ou sobre as maneiras de sobreviver na prisão, com o decorrer do tempo, as visões pessoais vão sendo captadas à visão comum de todas as reclusas. Em nome de uma conformação social que lhes garantem aceitação diante de outras detentas, gradualmente, as mulheres remodelam suas visões de mundo individuais em nome da incorporação das normas da prisão, que incluem o que devem buscar saber e o que não é relevante.

No pequeno mundo da prisão, de acordo com Chatman (1999), é fundamental observar o papel que a informação desempenha para as mulheres. Por exemplo, uma característica da informação é que ela carrega um propósito muito específico: mudar sistematicamente o comportamento para se adequar ao ambiente. Mesmo quando novas prisioneiras tentam se proteger dessas informações, a pressão para se conformar é muito grande<sup>5</sup> (Chatman, 2000, p. 208, tradução nossa).

O atributo de maior peso para quem vive em contextos de small world é que esse ambiente se torna seu próprio mundo. Chatman (2000) percebe que as mulheres em privação de liberdade, tem dificuldades em engendrar horizontes fora da prisão, recusando e desconfiando do mundo “lá fora” ou do mundo maior, onde circulam os fluxos regulares da informação. Para elucidar esse fato Chatman (2000) utiliza o estudo de Merton (1968) sobre teoria e estrutura social, no qual ele distingue a existência de duas classes de sujeitos e as conexões que eles selecionam para seu aconselhamento: os "cosmopolitas" e os "locais". Ser cosmopolita significa ter uma

---

<sup>4</sup> A fator that seems to make this the case is the grounding of a shared reality.

<sup>5</sup> In the small world of the prison, according to Chatman (1999), it is essential to observe the role that information plays for women. For example, one characteristic of information is that it carries a very specific purpose: to systematically change behavior to suit the environment. Even when new prisoners try to protect themselves from this information, the pressure to conform is too great.

direção para o externo, ressaltando os ambientes macrossociais e seus fluxos de conhecimento vigentes. Chatman (1999) consegue, a partir do exposto por Merton (1998), identificar que, ser cosmopolita, diz respeito a uma inclinação social voltada para uma vida fora dos padrões normativos, ou no caso das detentas, para vida externa ao presídio, declinando dos valores internos à prisão visando permanecer em contato com a vida externa, com interesses e valores de um "outsider".

Nesse percurso Chatman (1999) tenta explicar como a informação contribui para moldar uma perspectiva de mundo dentro dos "mundos pequenos" "*small words*" chegando à conclusão de que a informação é uma performance. Ou seja, carrega uma narrativa intrínseca que é adaptável às expectativas e necessidades dos membros de um pequeno mundo. Ela também tem determinada forma. Nesta situação, a forma é interpessoal e, na maior parte das vezes, é utilizada por pessoas de dentro para ilustrar maneiras de assimilar a vida na prisão.

O que torna essas informações potencialmente dignas de nota é que são produzidas dentro de um contexto específico para uso dentro desse contexto. Consequentemente, elas se encaixam facilmente na realidade da vida cotidiana. Mesmo que as dúvidas possam permanecer sobre a verdadeira natureza da informação, sua capacidade de moldar uma visão de mundo coletiva raramente é questionada<sup>6</sup> (Chatman, 1999, p. 208-209, tradução nossa).

Chatman (1999) se utiliza da teoria de Luckmann (1970), que sugere que um mundo pequeno é um mundo definido por crenças compartilhadas por seus membros: agindo de acordo com as normas e expectativas geralmente reconhecidas que emanam da visão conjunta de mundo, as pessoas sabem sobre a ordem certa das coisas e que fazem sentido naquele ambiente particular. Portanto, para Chatman (1999, p. 209, tradução nossa), "A vida em um mundo pequeno é aquela em que as

---

<sup>6</sup> What makes this information specific in this context is worth noting that it is considered within its use. Consequently, it easily fits into the reality of everyday life. While it may persist as to the nature of information, its ability to shape a collective worldview is questioned.

atividades são rotineiras e previsíveis”<sup>7</sup>. Um elemento que une este mundo é o controle social (Berger, 1963 *apud* Chatman, 1999). Por exemplo, Berger (1963, p. 67 *apud* Chatman, 1999, p. 209) observa que uma função primária das normas sociais é dizer a um indivíduo exatamente o que ele pode fazer e o que ele pode esperar da vida. Assim sendo, é fácil entender porque esses conjuntos de normas e valores são compartilhados e aceitos coletivamente. Outra maneira de definir um mundo pequeno é explorar a ideia de localização (Shils, 1957 *apud* Chatman, 1999). Ou seja, o indivíduo se preocupa mais com o que está próximo, com o que é presente e concreto, do que com o que é remoto e abstrato. Ele é mais responsivo em geral às pessoas, ao status daqueles que o cercam. Seguindo na mesma perspectiva, Wilson pondera que,

[...] como as roupas que se veste, a comida que se come, o sotaque e o vocabulário que alguém fala, assim também as coisas sobre as quais a pessoa é informada e as questões sobre as quais ela tem pontos de vista são todas influenciadas pela localização social<sup>8</sup> (Wilson, 1983, p. 149 *apud* Chatman, 1999, p. 210, tradução nossa).

Em suma, para membros de um mundo pequeno, limitado e sem acesso a informações “de fora”, a localização determina quais coisas cotidianas requerem concentração significativa e quais não requerem concentração alguma. Nas fronteiras desses pequenos mundos, são sentenciadas maneiras de falar e se comportar, de aceitar ou rejeitar informações ou de determinar o valor que as informações têm e inclusive o modo como serão apropriadas.

---

<sup>7</sup> Life in a small world is one where activities are routine and predictable.

<sup>8</sup> Like the clothes one wears, the food one eats, the accent and vocabulary one speaks, so too the things one is informed about and the issues one has views on are all influenced by social location.

## 2.1 Os conceitos DNA da pobreza em informação

Em sua pesquisa com mulheres idosas em uma clínica de repouso, Chatman (1999), percebe as demarcações de um mundo aparentemente isolado de apoio mútuo e de ajuda, constituído de uma pequena sociedade em que o envelhecimento dessas idosas foi piorado por comportamentos de autoproteção, num esforço exercido por elas para transparecer normalidade (enganando aos outros e a si mesmas), enquanto suas vidas iam desfalecendo, no que Chatman (1996) denomina de pobreza em informação. Ou seja, pessoas pobres em informação compreendem-se destituídas de fontes de informação que possam vir em seu auxílio. Como não é uma condição de isolamento, a pobreza de informação é estabelecida por comportamentos de autoproteção que são aplicados com base nas normas sociais. Nas reflexões de Chatman (1996) é o predomínio de quatro conceitos essenciais que constitui um estilo de vida de pobreza em informação: Sigilo, Engano, Assumir riscos e Relevância situacional.

### 2.1.1 O sigilo

O primeiro conceito encontrado por Chatman (1996, 1999, 2000) foi o Sigilo. Que seria a iniciativa de tentar proteger da invasão indesejada de qualquer pessoa, principalmente de um outsider, as próprias dificuldades, sofrimentos e necessidades informacionais. De acordo com Simmel (1950 *apud* Chatman, 1996), o sigilo é a ocultação da realidade. Uma elucidação verossímil é o interesse que temos em requerer uma dimensão, total ou parcial, de privacidade de nossa vida. De acordo Luhrmann (1989 *apud* Chatman, 1996), seria a iniciativa de nos auto proteger contra invasões indesejadas ao nosso espaço privado. Dito de outra maneira por Chatman “[...] informação ocultada é compreendida como um mecanismo no qual uma pessoa

ou grupo selecionado de pessoas se veem, eles mesmos, como os insiders finais e únicos”<sup>9</sup> (Chatman, 1996, p. 195, tradução nossa).

Chatman (1996), alicerçada em autores como Redlinger e Johnston (1980) e Ericson (1989), indica que o controle atua no processo de comunicação. Quanto maior a ligação entre as pessoas, maior será a necessidade de proteger o foro íntimo de suas vidas. No cotidiano, um fato privado pode ser visto como aquele que, se divulgado, acarreta um enorme risco. Assim privamos e resguardamos do outro determinadas informações, para possibilitar a previsão de manutenção de nossa autonomia e para fornecer direcionamento basilar em nossas vidas pessoais.

Assim o sigilo, nos direciona para um ponto de vista bem significativo o qual se relaciona com aquisição e utilização/apropriação das informações. O ponto-chave é que, no sigilo, o intuito é se proteger contra os desdobramentos do compartilhamento de determinados segredos/situações vivenciados, em consequência o sujeito pode se fechar à recepção de conselhos ou conhecimentos que possam alterar o seu quadro de vida atual.

Analisando o papel do sigilo na percepção de uma necessidade informacional e da respectiva busca, aquisição e apropriação da informação, entendemos por que, por exemplo, um paciente não informa ao seu médico sobre o seu verdadeiro estado de saúde, ou ainda, tal qual apontaram Dutton e Hemphill (1992 *apud* Chatman, 1996) em uma pesquisa com mulheres que haviam sido agredidas por seus maridos e que frequentavam um grupo de tratamento e terapia, mas ainda assim demonstravam receio e apreensão em relatar a extensão da violência física e do abuso emocional em seus relacionamentos. Os autores concluíram que o autoengano parece contribuir para a subnotificação da raiva dessas mulheres. Por isso, segundo Chatman (1996),

---

<sup>9</sup> Hidden information is understood as a mechanism in which a person or selected group of people see themselves as the ultimate and only insiders.

mesmo em situações em que a informação seria o principal instrumento para modificar ou erradicar problemas cotidianos, o sigilo exerce controle sobre a vida dessas pessoas. Neste caso, a pessoa com um segredo espera que a informação incompleta possa resolver seu problema. O que na realidade acarreta mais sofrimento, insegurança emocional, física, financeira e psicológica e na clara redução das chances de modificar os cenários da vida pessoal e social.

### 2.1.2 Engano

Embora o conceito do engano esteja bem próximo e imbricado ao conceito do sigilo, no engano há a iniciativa de ludibriar, de manipular a realidade. De acordo com Bok (1983 *apud* Chatman, 1996) enquanto em todo e qualquer tipo de engano há a exigência do sigilo, nem todo tipo de sigilo visa mentir. Chatman (1996) defende que o engano é uma iniciativa que remete ao ato de mascarar a realidade, a qual vai sendo conscientemente distorcida. Essa distorção destina-se exclusivamente a esconder a real condição de vida, fornecendo informações falsas e enganosas. O resultado é a diminuição total ou parcial das oportunidades de obter informações, relevantes, úteis e com capacidade de alterar os cenários do próprio cotidiano, performando comportamentos que tentam aparentar que novas informações e novos conhecimentos são irrelevantes ou desnecessários. Como quando as mulheres vítimas de violência doméstica, mentem sobre sua situação para familiares ou vizinhos, tentando performar que estão sob o controle da situação e no entanto, na maioria das vezes, o real contexto é de desespero, angústia e diversos tipos de sofrimento.

### 2.1.3 A disposição para assumir riscos

Outro fator essencial, ou fator DNA que contribui para a pobreza em informação, e está presente no comportamento em informação de pessoas em estado de vulnerabilidade é a disposição ou não disposição para assumir riscos. Em geral, o objetivo do sigilo e do engano é proteger alguém em risco ou alguém que percebe que revelar informações sobre si mesmo é potencialmente perigoso. O maior intuito de ambos os conceitos, portanto, é a autoproteção. Assumir riscos é um termo emprestado da literatura em difusão de inovação, na qual o conceito de vantagem relativa é discutido (Chatman, 1996). Diante desse cenário passa-se a examinar a concordância, aceitação ou rejeição de uma informação, que venha a confrontar os conhecimentos validados até ali por uma pessoa ou por um grupo (caso das mulheres que vivem em um presídio e também das que moram em um lar de idosas).

Ou seja, cogitamos acatar uma informação, consideramos a aceitação de uma mudança em nosso dia a dia, embasados na percepção de entender se vale a pena ou não. “A decisão de se expor ao risco sobre nossos verdadeiros problemas muitas vezes não é tomada devido a uma percepção de que as consequências negativas superam os benefícios”<sup>10</sup> (Chatman, 1996, p. 197, tradução nossa). É essa noção de custo que torna a aceitação de riscos um conceito pertinente para investigações sobre o comportamento de pessoas em relação à informação, o suposto risco refere-se não apenas a se uma ideia é acatada ou não, mas, mais relevante: se deveríamos considerar a possibilidade de um novo conhecimento, uma nova perspectiva de vida, causada pela informação adquirida. Assim, na rotina da vida das mulheres vítimas de violência doméstica, por exemplo, para que haja algum tipo de benefício advindo com a aquisição e apropriação da informação, recebidos na maior parte das vezes de

---

<sup>10</sup> The decision to expose ourselves to risk over our real issues is often not made due to a perception that the negative consequences outweigh the benefits.

peças de fora do seu “mundo pequeno”, é imprescindível a existência de algum nível de confiança associado à fonte. Do contrário, por que correríamos o risco de contar aos outros sobre nossa vida privada? Averiguar a verdade de afirmações de outsiders, no entanto, nem sempre é viável, particularmente se o receptor da informação já estiver predisposto ao ceticismo.

Então, como se constituiria uma fonte confiável como apta a proporcionar um cenário favorável ao compartilhamento e troca de informações? Para Wilson (1983 *apud* Chatman, 1996) seria uma pessoa ou instituição, honesta, cuidadosa com as afirmações, e sem vontade de enganar. Descobertas dos estudos de Chatman (1996), revelaram que líderes de opinião eram procurados por outros entrevistados porque as pessoas confiavam neles. Em nossa pesquisa é muito claro que para as vítimas de violência doméstica se beneficiarem de informações vindas de terceiros (rede de atendimento especializado, movimentos feministas, delegacia da mulher etc.), foi primordial a existência de confiança associada ao processo.

#### 2.1.4 Relevância situacional

O conceito de relevância situacional se relaciona com a necessidade de explicar o uso e apropriação da informação. Esse fator diz respeito à quanto determinada informação é pertinente e conveniente ao sujeito. Significa que a informação que despertará o interesse será aquela que seja vantajosa, plausível e urgente em resposta a alguma inquietação ou perturbação do curso natural da vida ou sofrimento. A ideia do conceito é de que as coisas que fazem sentido e que são relevantes, explica Chatman (1996), são fatos que pedem por resolução imediata.

Mais significativo ainda, é o entendimento quanto as fontes de informação, que devem fazer sentido, para que pessoas socialmente excluídas e propositadamente invisibilizadas, como as mulheres vítimas de violência doméstica, acreditem nelas,

depositando confiança e credibilidade. Isso significa que em uma aplicação de relevância no contexto de vida dessas mulheres, o que será de interesse é o que é útil em resposta a suas preocupações e sofrimentos em relação às agressões sofridas. Além disso, o entendimento do conceito de relevância fornece uma visão de porquê fontes potencialmente úteis podem ser ignoradas: isto é, porque as mulheres que estão sofrendo violências, não percebem um valor generalizado nas fontes fornecidas por outsiders com a intenção de lhes ajudar ou responder à sua situação. Mesmo se uma fonte for percebida como potencialmente útil, ela não será credibilizada se não houver a legitimação da parte de outros membros do pequeno mundo – os insiders.

A partir dos quatro conceitos nomeados de essenciais ou DNA's da pobreza em informação, Chatman (1996, 1999, 2000) corrobora com a importância de estudar os contextos sociais intervenientes e que tangenciam o comportamento em informação das pessoas. Não obstante as necessidades e buscas informacionais possam acontecer em nível individual, a pobreza em informação nos faz reconhecer que toda atitude em direção à informação e ao conhecimento por parte de populações invisibilizadas, como as mulheres, devem ser vistas como inseridas em uma conjunção de atendimento às normas sociais estabelecidas.

### 3 METODOLOGIA

Em nosso estudo, foi dada ênfase ao entendimento de como se caracterizaria o comportamento em informação das mulheres vítimas de violência doméstica, no contexto de suas relações com a família e com a comunidade, e como se apropriaram de informações para um melhor reposicionamento social. Por buscar apontar aspectos do comportamento em informação dessas mulheres, o estudo teve cunho descritivo, a descrição e a caracterização do comportamento em informação das

mulheres foram fundamentadas nos conceitos definidos por Chatman (1996, 1999, 2000).

A pesquisa aconteceu na ong Centro das Mulheres do Cabo, que é uma organização feminista, fundada em 1984 e constituída como entidade sem fins econômicos, organizada como associação de mulheres, que tem como missão construir a igualdade de gênero e raça, e afirmar os direitos humanos das mulheres na perspectiva feminista (Centro das Mulheres do Cabo, c2021). Historicamente, a ong atuou em defesa dos direitos humanos, da democracia e justiça social, adotando a comunicação como um direito humano, como uma estratégia para o empoderamento das mulheres e sua efetiva cidadania, colocando a mulher na posição protagonista em suas relações sociais.

Os dados foram coletados mediante três procedimentos específicos: análise documental, entrevistas semiestruturadas com profissionais e gestoras do CMC e, por último, com as mulheres vítimas de violência doméstica. As entrevistas buscaram identificar os conceitos de Chatman (1996, 1999, 2000) no que diz respeito ao comportamento em informação: a. Quais as circunstâncias que as levaram a buscar informações no CMC; b. O tipo de informação de que elas necessitavam; e, c. Que espécie de uso e apropriação destinaram à informação. Assim, foi possível avaliar quais foram as motivações e inclinações pessoais das mulheres, além de identificar os sentimentos envolvidos nessa dinâmica e já nomeados e identificados nos estudos de Chatman (1996, 1999, 2000).

A exploração dos resultados foi realizada com base em análise de conteúdo, refletindo os objetivos da pesquisa e teve como apoio, indícios manifestos e capturados no âmbito das comunicações emitidas, mediante interpretação do significado das falas das entrevistadas. Essas falas foram associadas ao contexto a que se referiam uma vez que, como explica Franco (2021, p. 21), “[...] a relação que vincula

a emissão das mensagens está diretamente articulada às condições contextuais dos seus produtores.

A descrição das mensagens foi a primeira etapa da análise e a interpretação delas, a última. A inferência foi o procedimento intermediário que permitiu a passagem da descrição à interpretação. Os componentes das mensagens analisadas foram agrupados em uma categoria molar (mais ampla e relacionada aos objetivos da pesquisa) e posteriormente houve um reagrupamento por categorias moleculares (mais específicas, de acordo com as inferências da pesquisadora), como apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1: Criação de categorias de análise do conteúdo**

<b>Categorias molares</b>	<b>Categorias moleculares</b>	<b>Descrição</b>
As circunstâncias que impulsionaram a busca de informações no CMC	a. Vergonha de assumir sua condição de vítima de violência doméstica; b. O tempo necessário para romper com o silêncio; c. A cooperação e o acolhimento de outras mulheres.	Essas categorias tratam das circunstâncias que impulsionaram as mulheres a buscar informação no CMC.

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

A descrição das mensagens foi a primeira etapa da análise e a interpretação delas, a última. A inferência foi o procedimento intermediário que permitiu a passagem da descrição à interpretação. Como apresentado no Quadro 1, os componentes das mensagens analisadas foram agrupados em uma categoria molar (mais ampla e relacionada aos objetivos da pesquisa) e posteriormente houve um reagrupamento por categorias moleculares (mais específicas, de acordo com as inferências da pesquisadora).

### 3.1 O Comportamento em informação das vítimas de violência doméstica: perfil sociodemográfico

A primeira parte da entrevista buscou traçar o perfil sociodemográfico das entrevistadas, para preservar suas identidades, nomeamos cada uma das mulheres, com o nome de uma autora feminista negra brasileira. O Quadro 2 apresenta a síntese dos dados coletados.

**Quadro 2: Perfil das entrevistadas**

Nome	Idade	Cor	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Renda
Lélia Gonzalez	52	Negra	Divorciada	Analfabeta	Dona de casa	Menos de um salário mínimo
Conceição Evaristo	65	Parda	Divorciada	Ensino médio	Desempregada	Menos de um salário mínimo
Djamila Ribeiro	29	Negra	Casada	Ensino médio	Cabeleireira autônoma	Dois salários mínimos
Carla Akotirene	37	Negra	Separada	Ensino médio incompleto	Faxineira	Um salário mínimo e meio

Fonte: elaborado pelas autoras.

O perfil sociodemográfico reforça a exclusão social e informacional dessas mulheres. Os dados do Quadro 2 retratam mulheres vivendo em vulnerabilidade social, trabalhadoras de baixa renda ou desempregadas, com dificuldade em ter acesso à educação regular e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho formal. Residentes em bairros pobres vivem em mundos pequenos, numa demarcação espacial e social com rotinas e preocupações em comum, circunscritas a um horizonte informacional restrito, cujos limites influenciam o seu comportamento em informação. Nesse mundo pequeno, como explicitado por Chatman (1999), as experiências em comum e as convicções são aceitas por todo o grupo, com o mínimo,

e até nenhum questionamento, e assim se naturalizam e transformam-se em padrões de comportamento. A busca por informação, nesse contexto, necessita transpor barreiras impostas pelo próprio grupo social, evidenciando um comportamento em informação caracterizado pela pobreza em informação (Chatman, 1996).

### 3.1.1 A pobreza em informação

A segunda parte das entrevistas caracterizou o comportamento em informação das mulheres, a partir dos conceitos definidos por Chatman (1996, 1999, 2000) os quais estão na essência da pobreza em informação. “Um mundo empobrecido de informações é aquele em que uma pessoa não deseja ou é incapaz de resolver uma inquietação ou preocupação crítica”<sup>11</sup> (Chatman, 1996, p. 197, tradução nossa). As circunstâncias que envolveram o rompimento do ciclo de violência incluíram desconfiança, vulnerabilidade e incertezas. Os relatos evidenciam o difícil processo de reconhecer a condição da violência como um problema passível de solução, a partir da busca por informações e ajuda.

#### **Quadro 3: Vergonha e medo de assumir a condição de vítima de violência doméstica**

*[...] Nos primeiros anos da relação, a gente acha que eles vão mudar, aquelas promessas de mudança que todo agressor faz, dizia que a culpa era da bebida e tudo mais. Mas, ao longo dos anos, fui percebendo que a mudança não viria. Então, começa a vir a parte da vergonha das pessoas, da vergonha dos vizinhos que podem achar que a gente apanha porque quer. Você vai perdendo a coragem de sair de casa, não consegue encarar ninguém de frente, olho no olho. E mesmo as pessoas que querem te ajudar, você se afasta, por medo e vergonha. Começa a esconder todo aquele sofrimento, aquela tortura... Queria me livrar daquilo, mas não sabia como, meus parentes nem imaginavam o que sofria e talvez nem me apoiassem a me separar (LÉLIA GONZALEZ).*

*[...] Quando eu casei procurei me dedicar muito à família e a ele. E não ganhei nada. Apenas tristeza. E depois que as coisas mudaram de figura, que eu fui entristecendo, pessoas da minha família e da dele, me condenavam. Que eu devia ser submissa a ele, porque homem é assim*

<sup>11</sup> An information-depleted world is one in which a person is unwilling or unable to resolve a critical concern or concern.

*mesmo e a mulher tem que entender. Então eu escondia o que sofria, o que sentia, tinha vergonha, me sentia culpada por aquilo que passava, achava que ninguém podia me ajudar a sair daquela situação. E mantinha segredo sobre o que acontecia dentro de casa, porque não adiantava: ninguém me entendia. As pessoas diziam que ele era um bom marido, que eu não tinha o que reclamar. Achavam que porque ele não me batia, e colocava comida em casa, dava sustento da família eu tinha que suportar as torturas psicológicas. Então eu tinha que fingir que estava tudo bem na minha casa. Quando alguém me perguntava por que eu estava triste eu inventava qualquer história, porque as torturas psicológicas, como não deixam marcas, as pessoas desmerecem. Meus pais também eram idosos, não podiam me ajudar muito, então eu mentia pra despistar... (CONCEIÇÃO EVARISTO).*

*[...] Eu tinha medo, por conta da minha família, eu tinha vergonha, do que iam pensar. Vergonha da vizinhança. Achava que não seria bem atendida, que ninguém me entenderia se eu buscasse ajuda, que ninguém lá na delegacia me daria atenção. Então eu ia guardando pra mim, também por que sou evangélica, então tentava manter segredo sobre aquela situação... algumas pessoas próximas até sabiam o que acontecia, mas outras pessoas não. Eu colocava desculpas para justificar, criava histórias, para que não soubessem que eu estava incomodada de passar por aquelas coisas... (DJAMILA RIBEIRO)*

*[...] Fui casada durante 13 anos e estou separada há 05 meses E só agora eu percebo que vivia num casamento abusivo. Nossa casa foi construída por nós dois, e ele queria que eu saísse da casa. Então me senti desamparada sem ter onde morar num lugar que não tenho ninguém. Meu casamento já era um casamento ruim há muito tempo e como eu não tinha parente aqui perto, ele dizia que eu não tinha nada, que eu não tinha direito a nada. Isso já era uma forma de me humilhar. Ele também me ameaçava sim senhora, dizia que se eu me separasse dele eu iria ter que deixar a casa pra ir morar na rua. Então durante muito tempo escondi essa questão dos meus próprios filhos, dos vizinhos e das minhas amigas, tinha vergonha em assumir que ele queria que eu fosse morar na rua, de tão ruim que ele era... Então quando resolvi me separar foi uma surpresa pra muita gente... Minha família, que mora em outro estado, nem imagina o que já passei, só digo que me separei por que não dava mais, não gostava mais, tenho que esconder, pra ninguém ficar preocupado que ele me mate, alguns parentes mandam até eu voltar pra ele, que é melhor ser casada do que ser sozinha, mas não volto, aguentei muito calada, escondendo, protegendo as maldades dele, sentindo vergonha de uma coisa que eu não tinha culpa de passar... (CARLA AKOTIRENE).*

Fonte: elaborado pelas autoras.

#### **Quadro 4: O tempo necessário para romper com o silêncio**

*[...] eu nem sabia que tipo de ajuda eu precisava, mas sabia que tinha que fazer alguma coisa. Durante 10 anos eu tinha noção de que o que eu passava não era o certo, mas não tinha forças, nem tinha ninguém para me aconselhar da forma certa, ou me ensinar a buscar um esclarecimento certo sobre o que eu devia fazer. Nos últimos tempos eu estava precisando de uma orientação para não perder minha casa, estava desesperada, com medo de ficar sem teto, isso foi*

*a pior coisa, a 'gota d'água' que me fez buscar o Centro das Mulheres, queria que elas me ensinassem com agir (CARLA AKOTIRENE).*

*[...] na verdade, já haviam ultrapassado todas as circunstâncias e eu não tinha criado coragem para isso, pra você ter ideia, todo mundo que conhece o indivíduo tem medo dele. Eu era a que mais tinha e convivia com ele. Então num dia, isso depois de 20 anos de opressão, de 'palavrões', de humilhação, de bater em mim, de todo tipo de violência que você pode imaginar que existe, que ele praticava, nem sei onde ele ia buscar tanta forma de me maltratar. Eu e minha filha, sem aguentar mais, aconselhadas por uma vizinha, fomos buscar ajuda no Centro das Mulheres, naquele momento era a única solução que eu via, era eu ir lá, pra querer saber como me livrar daquilo tudo. Eu fui, mas fui com medo, viu? Querendo desistir a todo momento, não acreditava que podia sair daquele casamento não, não via saída, achava que iria morrer naquela situação... (LÉLIA GONZALEZ).*

*[...] eu vivia uma vida conjugal muito conturbada há vários anos, tive até um AVC, fiquei debilitada, em depressão, não sabia o que fazer, nesse meio tempo houve a separação e na separação eu fiquei com a necessidade de buscar ajuda psicológica, procurar uma luz no fim do túnel, por que mesmo separados ele ainda me infernizava, e eu não sabia o que fazer para acabar com aquilo, fui ao Centro pra saber quais os meus direitos nessa situação, depois de tantos anos de sofrimento eu precisava fazer alguma coisa, buscar alguma orientação pra dar um rumo na minha vida, não foi fácil, a gente sempre acha que ninguém vai poder ou vai querer ajudar a gente de verdade, mas juntei forças e busquei o auxílio lá no Centro, graças a Deus me receberam, né?... (CONCEIÇÃO EVARISTO).*

*[...] eu já enfrentava as calúnias, injúrias, a violência psicológica há muitos anos. O que me motivou, a circunstância, foi que surgiu, ele inventou, uma história nova, ainda mais terrível, pior do que tudo que já tinha acontecido, eu estava enlouquecendo, daí pensei: não dá mais, preciso fazer alguma coisa. Agora ou eu tomo uma atitude ou isso não vai parar, já estava afetando meus filhos, meu trabalho, eu sou cabeleireira conhecida no bairro, tinha uma imagem a preservar, daí veio a ideia de procurar o Centro, eu sabia que lá iriam me informar e também me acolher, fui buscar solução lá no Centro. Tava decidida de verdade, o que elas me aconselhassem eu tava disposta a seguir, não aguentava mais! (DJAMILA RIBEIRO)*

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

### **Quadro 5: O apoio e o acolhimento de outras mulheres**

*[...] Uma amiga me falou sobre o Centro das Mulheres do Cabo e também eu sabia que tinha uma vizinha que frequentava lá. Fui aconselhada por elas a buscar ajuda com as meninas do Centro. Então fui lá, expliquei pra elas o que estava acontecendo, e elas me orientaram me explicaram sobre os vários tipos de violência, que não é apenas física, que eu estava sofrendo violência moral e patrimonial, e que eu podia, inclusive, prestar queixa dele já pela Lei Maria da Penha. Eu não cogitei em ir à delegacia direto, não. Queria ouvir de pessoas mais simples, mais populares, que me entendesse mais, sobre o que eu devia fazer pra resolver o assunto... (CARLA AKOTIRENE).*

*[...] a gente tinha uma vizinha, não tão próxima, mas morava no Engenho que a gente morava, era cabeleireira. Minha menina um dia foi ajeitar o cabelo, ela então falou, que tinha muita pena de mim, por que eu vivia naquela situação, que meu ex-marido contou rindo ao marido dela que todo dia 'quebrava minha cara'. Então essa moça procurou o Centro das Mulheres, pegou o contato e entregou à minha filha. Eu fiquei meio assim, porque se falasse o nome Centro das Mulheres do Cabo lá em casa, era briga, agressão mesmo. Então fiquei pensando, pensando, daí essa vizinha disse: "Vá! Elas vão lhe acolher, lhe entender, vá escondida!" Então minha menina me encorajou e me levou lá, não pensei em ir em outro lugar não. Fui direto pra o Centro, fui me escondendo por trás dos carros, dos muros, lembro que entrei no Centro das Mulheres correndo, com medo de algum vizinho me ver e contar a ele... (LÉLIA GONZALEZ).*

*[...] Nunca tinha pensado em procurar outro lugar não, tinha medo, vergonha. Então, uma vizinha, não lembro exatamente quem, sugeriu ir ao Centro das Mulheres. Na época eu estava muito desorientada no pensamento, na mente. Mas foi essa pessoa, que me disse: "Vá lá no Centro das Mulheres do Cabo, é um local bom pra você resolver essas questões da pensão e também tem serviço de psicólogo." Daí, mesmo com medo e vergonha eu chamei minha irmã e fomos. Lá chegando, fui bem acolhida e já fui logo perguntando tudo o que tava precisando de saber... (CONCEIÇÃO EVARISTO).*

*[...] Não procurei delegacia nem nada, tinha vergonha do que iam pensar quando eu chegasse lá. Eu conhecia uma funcionária de lá do Centro, que era minha vizinha, pedi para ela me levar até lá. E também já acompanhava as redes sociais e ouvia o programa delas na rádio comunitária... (DJAMILA RIBEIRO).*

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Como se constata a partir das falas, as mulheres não sabiam a quem recorrer em busca de orientação. Essa dificuldade é mais uma expressão da pobreza em informação que as mantinha isoladas e circunscritas nos seus mundos pequenos. Essa dificuldade provoca perdas para toda a coletividade feminina, nesse ponto, nota-se o importante papel da ong, que se conecta com as mulheres por laços de confiança e credibilidade. Para Chatman (1999), nesse mundo pequeno as normas e o controle social delimitam o que as pessoas podem e devem esperar de suas vidas, uma vez que seus pontos de vista e suas perspectivas são submetidos ao julgamento da comunidade. Os relatos corroboram com a teoria dos estudos de Chatman (1996, 1999, 2000). As mulheres hesitam em tornar público seu sofrimento, silenciam seus infortúnios, em consequência do medo dos comportamentos masculinos agressivos

e do julgamento dos membros do seu grupo. As histórias narradas confirmam que, por muito tempo, elas não buscaram ajuda devido ao receio de serem ainda mais agredidas, ou até de pagarem o preço com a própria vida.

## 5 CONCLUSÃO

A violência doméstica contra a mulher se constitui como um transtorno social enraizado na cultura patriarcal. Sardenberg (2016), explica que essa violência é uma agressão contra a mulher apenas pelo fato de ser mulher. Essa brutalidade abarca todas as idades, classes, etnias e orientações sexuais. Inclui agressão ou sofrimento físico, mental ou sexual, ameaças, coerção e outros atos que privam as mulheres de liberdade e autonomia. Mas “é no âmbito familiar e doméstico, e principalmente da parte de parceiros ou ex-parceiros conjugais, que as mulheres acabam por vivenciar maiores situações de violência” (Sardenberg, 2016, p. 42). Portanto, a violência doméstica envolve relações pessoais e íntimas, conectadas a contextos afetivos e familiares. De modo geral, as vítimas silenciam seus sofrimentos, seja por medo, seja por desconhecimento de seus direitos ou falta de acesso à informação. No Brasil, a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa grande avanço por criminalizar os atos violentos contra as mulheres (Brasil, 2006). Mas ainda assim, muitas mulheres não sabem como utilizar-se dessa legislação em prol de seu bem-estar (Tavares, 2015).

Nas suas incursões teóricas Chatman (1996, 1999, 2000) defende que é fundamental observar o papel que a informação desempenha em contextos socialmente empobrecidos e marginalizados.

Em nossa pesquisa exploramos as características do comportamento em informação de mulheres vítimas de violência doméstica que têm aplicabilidade geral para os estudos sobre barreiras sociais de acesso à informação. Especificamente,

descrevemos as circunstâncias que encorajaram as vítimas de violência doméstica a buscarem informações e a partir desse cenário encontramos, o conceito, definido por Chatman (1996, 1999, 2000), em suas pesquisas, intitulado pobreza em informação. Chatman (1996, 1999, 2000) identifica ainda que este conceito é composto por fatores DNA, que são essenciais à sua existência e que nos ajudam a entender as barreiras sociais de acesso à informação.

Os dados coletados fornecem pistas que possibilitam perceber que as mulheres sentiam necessidade de manterem em sigilo sua condição de vítima. De acordo com Chatman (1996), o sigilo e o engano, são recursos de autoproteção para evitar o julgamento externo a respeito de nossas aflições, angústias e incertezas. Já a relevância situacional e a decisão de assumir riscos, estão presentes quando as mulheres reconhecem que precisam resolver seus problemas, a partir do acesso a determinadas informações. O silêncio que oculta muitos tipos de violência contra a mulher reforça a premissa de que a denúncia é importante, mas a mudança deve ser social. Somente quando o problema deixar de ser visto como pessoal, alcançando status de problema social, é que se poderá obter a visibilidade necessária ao fenômeno da violência doméstica contra a mulher. Esta nova percepção deve repercutir na família, na sociedade e nas políticas públicas do estado. Como destacam Muniz e Fortunato (2018, p. 8), “A impulsão do estado pelos movimentos feministas à busca dos direitos das mulheres é algo que se destaca, mas há muito que ser modificado, principalmente no que tange à valorização das mulheres na sociedade”.

Com efeito, embora perdure a situação de violência, este estudo aponta que existem mulheres que lutaram e ainda lutam, por respeito e reconhecimento e contra as condições de opressão. Mulheres que, apesar da demora, iniciaram um processo para ampliar seu papel e seus direitos perante a sociedade, na perspectiva de alcançar uma vida sem violências, a partir da obtenção de apoio psicológico, social, jurídico

dentre outros, para exercerem um novo papel na sociedade, o papel de cidadãs, empoderadas e protagonistas de sua própria historicidade.

Este não foi um estudo com resposta fácil. Para cada mulher, o problema da violência doméstica se apresenta cheio de nuances, embora a pesquisa mostre que o comportamento em informação é produto de normas sociais e envolve conflitos decorrentes das posições familiares, sociais e até mesmo culturais ocupadas pelas mulheres. Acreditamos que o estudo contribui para evidenciar as questões sociais que atravessam os fluxos informacionais na sociedade da informação. Mostrou, igualmente, as formas por meio das quais as barreiras informacionais de diversas esferas da vida cotidiana, e sob diferentes níveis, influenciam no comportamento em informação das mulheres que sofrem violência doméstica.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Os estudos em práticas informacionais no âmbito da ciência da informação. *In*: ALVES, Edvaldo Carvalho; BRASILEIRO, Fellipe Sá; CÔRTEZ, Gisele Rocha; MELO, Daniella Alves de (org.). **Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa**. João Pessoa: UFPB, 2020. p. 18-76. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/769>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação e Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31462>. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 12 maio 2023.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *IN: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5, 2003. **ANAIS [...]**. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em: 03 jan. 2024.

CENTRO DAS MULHERES DO CABO. Nossa história. [S. l.], c2021. Disponível em: <http://www.mulheresdocabo.org.br/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CHATMAN, Elfreda Annmary. Framing social life in theory and research. **The New Review of Information Behaviour Research**, London, v. 1, p. 3-17, 2000. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/234822377\\_Framing\\_Social\\_Life\\_in\\_Theory\\_and\\_Research](https://www.researchgate.net/publication/234822377_Framing_Social_Life_in_Theory_and_Research). Acesso em: 28 jun. 2023.

CHATMAN, Elfreda Annmary. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996. Disponível em: <https://tefkos.comminfo.rutgers.edu/Courses/612/Articles/ChatmanOutsiders.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023

CHATMAN, Elfreda Annmary. Theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 50, n. 3, p. 207-217, 1999.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

MUNIZ, Alexandre Carrinho; FORTUNATO, Tammy. Violência doméstica: da cultura ao direito. *In: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro*. Brasília: CNMP, 2018. p. 8-19. Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/FEMINICIDIO\\_WEB\\_1\\_1.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/FEMINICIDIO_WEB_1_1.pdf). Acesso em: 31 ago. 2022.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana; GOMES, Márcia Queiroz. Monitorando a Lei Maria da Penha: reflexões sobre a experiência do Observe. *In*: SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana (coord.). **Violência de gênero contra mulheres**: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 41-67. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg-9788523220167-03.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

TAVARES, Márcia Santana. Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a lei Maria da Penha e descrença na justiça. **Revista Estudos Femininos**, v. 23, n. 2, p. 547-559. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/HSVtWDww9Y7GwwfCGNR5Snz/?lang=pt>. Acesso em 08 fev. 2022.

WILSON, Tom D. Human information behavior. **Informing Science**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 49-56, 2000. Disponível em: <http://inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

**Copyright:** Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



✉ [tpbci@ancib.org](mailto:tpbci@ancib.org)

📷 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)

🐦 [@ancib\\_brasil](https://twitter.com/ancib_brasil)